

LEI Nº 2.273/2009

(Revogada pela Lei nº 3010/2019)



**Autoriza o Município a efetuar  
pagamentos na forma do artigo 100, §  
3º da Constituição Federal.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE IBIPORÃ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte:

**Art. 1º** Aos pagamentos de obrigações, de pequeno valor, que devam ser efetuados pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, não se aplicará o disposto no caput do artigo 100 da Constituição Federal, relativamente à expedição de precatórios.

**Art. 2º** Para os fins do previsto no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal e no artigo 78 do Ato das Disposições Transitórias será considerado de pequeno valor, no âmbito da Administração Pública Municipal de Ibiporã, o crédito decorrente de sentença judicial transitada em julgado cujo montante, devidamente atualizado, não exceda a 30 (trinta) salários mínimos.

**Art. 3º** Considera-se crédito, débito ou obrigação de pequeno valor, no âmbito da Administração Pública Municipal, aquele que, na data da requisição do precatório, tenha valor igual ou inferior a 30 (trinta) salários mínimos, para os fins do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e no caput do artigo 78 e inciso I do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

§ 1º Será igualmente considerado de pequeno valor o crédito oriundo de precatório já expedido que, estando pendente de pagamento, tenha o seu valor corrigido até a data da entrada em vigor desta lei enquadrado no limite fixado no caput do artigo 1º da presente lei.

§ 2º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre por meio de precatório, sendo facultada a parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no artigo 1º, no prazo de até 90 (noventa) dias.

§ 3º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma do artigo 1º

**Art. 4º** Fica autorizado o Município a possibilidade de, no curso de ações judiciais, celebrar acordos, para por fim as demandas, observado o seguinte:

I - o atendimento ao interesse público com a fixação de prazos e condições em que o mesmo será cumprido;

II - não previsão de cláusula penal;

III - incidência dos descontos fiscais e previdenciários, na hipótese de débitos trabalhistas, inclusive por parte do reclamante;

IV - que conste a diferente incidência do pagamento dois acordos, em relação às rubricas das inscrições dos precatórios.

Parágrafo único. O pagamento em precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do pedido constante da petição e determina a extinção do processo.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

Ibiporã, 10 de Julho de 2009

JOSÉ MARIA FERREIRA  
Prefeito do Município

[Download do documento](#)